

PARECER Nº 1140/2025

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO E COMISSÃO DE
FISCALIZAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

Processo: 57.118/2025

Assunto: PROJETO DE RESOLUÇÃO QUE DISPÕE SOBRE A ALTERAÇÃO DO §1º DO ART. 2º DA RESOLUÇÃO Nº 19, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2024.

Autoria: MESA DIRETORA

I - RELATÓRIO

Informa os membros da Mesa Diretora que a presente proposta de alteração do §1º do art. 2º da Resolução nº 19, de 17 de dezembro de 2024, tem por objetivo compatibilizar o valor do auxílio-saúde concedido aos servidores efetivos da Câmara Municipal de Cuiabá com os custos atualmente praticados no mercado de planos e seguros de saúde.

Esclarece que o auxílio-saúde possui natureza indenizatória e destina-se ao ressarcimento parcial das despesas decorrentes da contratação de serviços de saúde suplementar pelos servidores. Todavia, embora a verba seja destinada ao adimplemento parcial dessas despesas, o valor atualmente fixado mostra-se insuficiente diante dos elevados custos da saúde suplementar, tornando necessária sua alteração, a fim de assegurar condições mínimas de acesso a serviços médicos de qualidade.

Explica que a adequação proposta busca assegurar maior efetividade do benefício, preservando sua finalidade e garantindo que os servidores efetivos possam arcar com parte significativa das despesas com saúde suplementar. Trata-se de medida que contribui para a valorização dos servidores da Câmara Municipal, promovendo melhores condições de bem-estar e saúde, sem, contudo, desvirtuar a natureza jurídica do auxílio.

Ainda, que a alteração ora apresentada é necessária para alinhar o valor do benefício aos valores de mercado, garantindo justiça e equilíbrio na política de ressarcimento de despesas de saúde suplementar dos servidores efetivos desta Casa Legislativa.

É o relatório.

II – ANÁLISE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO

1. CONSTITUCIONALIDADE E LEGALIDADE

O Processo legislativo consiste num conjunto coordenado de atos que disciplina o procedimento a ser obedecido pelos órgãos competentes na produção das leis e atos normativos que derivam diretamente da Constituição Federal, Constituição Estadual e da Lei



Orgânica do Município.

O governo municipal realiza-se através de dois “Poderes”: a Prefeitura e a Câmara de Vereadores, com funções específicas e indelegáveis, nos termos dos artigos 2º, 29 e 31 da Constituição Federal.

A respeito do tema estabelece a **Lei Orgânica Municipal**:

Art. 15. *A Mesa Diretora é órgão de direção dos trabalhos legislativos e administrativos da Câmara e compõe-se de Presidente, 1º e 2º Vice- Presidentes, 1º e 2º Secretários, e dentre outras atribuições, compete:*

(...);

II *-propor projetos que criem ou extingam cargos nos serviços da Câmara e fixem os respectivos vencimentos;*

(...).

Art. 16. *Dentre outras atribuições, compete ao Presidente da Câmara:*

(...);

III – fazer cumprir o Regimento Interno;

IV – promulgar as Resoluções e Decretos Legislativos;

Art. 23. *O processo legislativo municipal compreende a elaboração de:*

(...);

IV – resoluções;

Art. 30. *Os projetos de resolução disporão sobre matérias de interesse interno da Câmara e os projetos de decreto legislativo sobre os demais casos de sua competência privativa.*

A propósito do tema colacionamos a seguir o ensinamento do consagrado Hely Lopes Meirelles:

*“Resolução é deliberação do plenário sobre matéria de sua exclusiva competência e de interesse interno da câmara, promulgada por seu presidente. Não é lei, nem simples ato administrativo, é deliberação político-administrativa. Obedece ao processo legislativo da elaboração das leis, mas não se sujeita a sanção e veto do Executivo. **Presta-se à aprovação do Regimento Interno da Câmara; criação, transformação e extinção dos cargos e funções e fixação da respectiva remuneração; concessão de licença a vereador; organização dos serviços da Mesa; e regência de outras atividades internas da Câmara**”. (MEIRELLES, H.L., **Direito Municipal Brasileiro**, 17 ed. São Paulo: Malheiros, p. 686/687)*



[Destacamos]

Portanto, não resta nenhuma dúvida sobre a iniciativa da Mesa Diretora no que se refere à majoração do auxílio-saúde aos servidores do Poder Legislativo Municipal.

2. REGIMENTALIDADE.

Neste aspecto reza o Regimento da Câmara Municipal - **Resolução nº 008/2016**:

Art. 49. *Compete à Comissão de Constituição, Justiça e Redação:*

I – opinar em todas as proposições que tramitem na Casa, quanto aos aspectos constitucional, legal, regimental e redacional.

(...).

IV – manifestar-se sobre o mérito da proposição, assim entendida a colocação do assunto sob o prisma da conveniência, utilidade e oportunidade, nos seguintes casos:

a) organização administrativa e de pessoal da Prefeitura e da Câmara;

(...).

O projeto atende as exigências regimentais.

3. REDAÇÃO.

O Projeto atende aos aspectos redacionais.

4. CONCLUSÃO.

O legislador ao exercer sua prerrogativa fundamental, qual seja, fazer leis, deve observar sempre a previsão constitucional e legal, para que possa estabelecer o seu cumprimento, evitando o veto da matéria.

A matéria merece aprovação, haja vista atender aos requisitos constitucionais e legais, especialmente os da Lei Complementar 101/2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal e as leis orçamentárias.

Assim opinamos pela aprovação da matéria.

5. VOTO DA CCJR

VOTO DO RELATOR PELA APROVAÇÃO.



III - ANÁLISE DA COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA.

A alteração legislativa, em análise, é necessária para diminuir a defasagem do valor do benefício em relação à inflação e os elevados valores da despesa com planos de saúde.

No mérito esta Comissão entende que o Projeto atende aos requisitos da conveniência, oportunidade e utilidade, posto preencher os requisitos exigidos pela Lei Orçamentária e a Lei de Responsabilidade Fiscal.

Cabe a esta Comissão emitir parecer sobre a compatibilidade e/ou a adequação financeira e orçamentária da proposição e, quando for o caso, sobre o mérito. Sujeitam-se obrigatoriamente ao exame de compatibilidade e/ou adequação financeira e orçamentária as proposições que impliquem aumento ou diminuição de receita ou despesas públicas.

Nesse sentido exige a **Lei Complementar nº 101/2000** – Lei de Responsabilidade Fiscal:

Art. 16. *A criação, expansão ou aperfeiçoamento de ação governamental que acarrete aumento da despesa será acompanhado de:*

I - estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva entrar em vigor e nos dois subsequentes;

II - declaração do ordenador da despesa de que o aumento tem adequação orçamentária e financeira com a lei orçamentária anual e compatibilidade com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias.

Art. 17. *Considera-se obrigatória de caráter continuado a despesa corrente derivada de lei, medida provisória ou ato administrativo normativo que fixem para o ente a obrigação legal de sua execução por um período superior a dois exercícios.*

§ 1º *Os atos que criarem ou aumentarem despesa de que trata o caput deverão ser instruídos com a estimativa prevista no inciso I do art. 16 e demonstrar a origem dos recursos para seu custeio.*

§ 2º *Para efeito do atendimento do § 1º, o ato será acompanhado de comprovação de que a despesa criada ou aumentada não afetará as metas de resultados fiscais previstas no anexo referido no § 1º do art. 4º, devendo seus efeitos financeiros, nos períodos seguintes, ser compensados pelo aumento permanente de receita ou pela redução permanente de despesa.*

As atribuições desta Comissão estão previstas no Regimento da Câmara Municipal - **Resolução nº 008/2016**, que dispõe:



Art. 50. *Compete à Comissão de Fiscalização e Acompanhamento da Execução Orçamentária:*

(...);

VI – *controlar as despesas públicas;*

O processo está instruído com a Declaração do Ordenador de Despesa e o estudo de Impacto Orçamentário (Memória de Cálculo), portanto, em conformidade com as leis orçamentárias e a Lei de Responsabilidade Fiscal.

VOTO DA CFAEO

VOTO DO RELATOR PELA APROVAÇÃO.

Cuiabá-MT, 19 de dezembro de 2025



PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi assinado eletronicamente e pode ser acessado no endereço <https://legislativo.camaracuiaba.mt.gov.br/autenticidade> utilizando o identificador 3100360035003800370037003A00540052004100

Assinado eletronicamente por **Marcrean Santos (Câmara Digital)** em 19/12/2025 12:23

Checksum: **0038EA18E89D4F827D15B5802EDF856927C16FEAF5077348816C8C57C07F5AEA**



Autenticar documento em <https://legislativo.camaracuiaba.mt.gov.br/autenticidade> com o identificador 3100360035003800370037003A00540052004100, Documento assinado digitalmente conforme art. 4º, II da Lei 14.063/2020.